

Juíza manda banco pagar 81 bi a madeireira

Briga entre a empresa Sabim e o Basa, instituição da Amazônia, se arrasta há 30 anos na Justiça

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. Uma decisão da Justiça do Pará, tomada no dia 12 de fevereiro, tornou-se um dos principais motivos de preocupação do Governo federal. O Diário de Justiça do Estado do Pará condenou o Banco do Estado da Amazônia (Basa) a pagar uma indenização bilionária à Sabim - Sociedade Anônima Brasileira de Indústria Madeireira: cerca de R\$ 81 bilhões.

Problemas entre Basa e Sabim começaram há 30 anos

A sentença, no entanto, da juíza Yvette Lúcia Pinheiro, está sendo vista com desconfiança pelo Basa e pelo Governo, que deve discutir o assunto na próxima reunião da Câmara de Política Econômica. Fontes do Governo acham muito alto o valor da indenização. A juíza declarou que, apesar de considerar o valor da indenização muito alto, não pode contestar os números apresentados pelos técnicos.

O problema envolvendo o Basa e a Sabim vem se arrastando há 30 anos. Em 1964, a madeireira foi constituída e passou a negociar com o Basa, principalmente para a obtenção de incentivos fiscais.

Em 1968, tendo em vista a constatação pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) de que havia má aplicação dos incentivos obtidos pela Sabim, o projeto de exploração da madeireira, no valor de CR\$ 852.290 (moeda da época), foi cancelado.

A Sudam decidiu requerer judicialmente a recuperação dos valores já liberados, o que ocorreu com êxito, de acordo com um documento obtido pelo GLOBO. Fa-

ce ao cancelamento do projeto, a Sabim pediu concordata preventiva e impetrou mandado de segurança contra a Sudam, para receber a importância cancelada.

A concordata foi concedida em juízo em 1968, sendo depois decretada a falência da Sabim. O Basa foi nomeado síndico da massa falida. Segundo levantamento oficial, o banco teve enorme dificuldade para levantar os bens da madeireira, porque os diretores da empresa não se apresentaram

para fazer a respectiva entrega. "Isto é, desapareceram os diretores e os bens móveis", afirma o documento.

A prestação de contas apresentada pelo Basa foi impugnada pela Justiça em 1981. O banco apelou e pediu a nulidade do processo, com êxito, em 1985. A Sabim, porém, requereu nova sentença, conseguindo que a juíza da 8ª Vara de Belém determinasse a atualização dos laudos. Mesmo pedindo nova perícia, o Basa foi derro-

tado. A instituição financeira solicitou ajuda da União, mas a juíza indeferiu o pedido.

Assim, em 12 de fevereiro último, o Basa foi condenado a pagar R\$ 541,9 milhões, corrigidos com juros compostos compensatórios de 12% ao ano, juros moratórios de 6% ao ano, 1% de honorários dos peritos, além de 10% de honorários advocatícios que, somados, atingem a cifra de mais de R\$ 81 bilhões.

Orientação do Governo é de não ceder com madeireira

O Basa afirma que a empresa cometeu várias irregularidades. Os representantes do banco estranham que, numa escritura lavrada em 1996, esteja mencionado que os recursos da suposta indenização estariam previstos no Orçamento da União de 1998, quando à época ainda não havia sido aprovado sequer o Orçamento de 1997. A ordem do Governo federal é endurecer com a madeireira, embora a empresa tenha se mostrado disposta a negociar um acordo. Essa orientação foi dada, recentemente, à presidente do Basa, Flora Valladares Coelho, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, segundo fontes da área econômica. ■

Dinheiro poderia salvar duas Indonésias

Indenização supera reservas brasileiras e daria para comprar 40 Lights

• A indenização que a madeireira poderá receber, de R\$ 81 bilhões, é uma fortuna capaz de ajudar muitos países a saírem do sufoco, nesses tempos de crise asiática. É quase o dobro da ajuda prometida pelo FMI à Indonésia para tirar o país do buraco, de US\$ 43 bilhões. No caso de um ataque especulativo ao real no Brasil, o ganhador dessa indenização poderia ser chamado pelo Governo para salvar a pátria: a quantia supera em R\$ 21 bilhões o total das reservas brasileiras, de cerca de US\$ 60 bilhões.

A montanha de dinheiro poderia, também, ser

de substancial ajuda à Nasa, a agência espacial americana: com o valor da indenização, seria possível comprar nada menos que 40 ônibus espaciais Columbia. O dinheiro é pouco menos da metade do que a General Motors, apontada como a empresa de melhor desempenho do mundo pela revista "Fortune" há dois anos, faturou em 1996: US\$ 168 bilhões.

Se resolvesse trilhar o caminho das privatizações, o ganhador da indenização poderia comprar 44 empresas como a Light, do Rio de Janeiro, ou 25 Companhias Vale do Rio Doce.

7/3/98
31